



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACE

Caio Medeiros Fernandes

**Uma análise do índice de percepção da corrupção da Transparência
Internacional (2000 - 2016)**

Orientador: Prof. Me. Enrique Duarte Romero

Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Moura

DOURADOS-MS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACE

Caio Medeiros Fernandes

**Uma análise do índice de percepção da corrupção da Transparência
Internacional (2000 - 2016)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas- Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
como um dos requisitos para sua aprovação.

Prof. Me. Enrique Duarte Romero

DOURADOS-MS

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus, a fonte de toda força e determinação na qual me ajudou a desenvolver este trabalho.

Gostaria de agradecer a minha família, por todo o apoio durante o tempo da faculdade, não medindo esforços para me manter intimo da faculdade e sempre me incentivando a manter o foco e buscar dar sempre o meu melhor.

Quero agradecer o grande esforço e dedicação, dos Professores e amigos Me. Enrique Duarte Romero e Dr. Fábio Rodrigues de Moura, que apesar de terem muitos compromissos e a distância como empecilho, mantiveram-se focados no trabalho sempre atendendo as minhas solicitações de orientações.

Fico feliz de ter participado do corpo de alunos da FACE, faculdade em que conheci pessoas que conquistaram minha admiração e respeito, sempre atendendo as demandas dos alunos e se esforçando para dar agilidade aos processos internos.

Agradeço também a UFGD, universidade na qual eu estudei por vários anos, onde pude notar em mim uma grande evolução intelectual, vencendo preceitos ultrapassados e construindo um novo pensamento crítico.

Por fim, quero agradecer todos meus amigos, parentes, colegas, enfim, todas as pessoas que direta ou indiretamente me influenciaram a continuar lutando e conquistando o sonho de se tornar economista e de alguma forma tentar ajudar a sociedade.

Muito obrigado!!!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do impacto da corrupção no índice de desenvolvimento social e nos indicadores econômicos. Buscando relações entre os níveis de corrupção com os níveis de desenvolvimento social dos países. O primeiro passo será uma análise de trabalhos realizados relacionados com a corrupção, buscando explicar e entender o que é a corrupção, como funciona e em qual parte do mundo existe. Logo depois faremos uma análise dos países que participam da pesquisa da ONG privada da Transparência Internacional, na qual busca calcular um índice de corrupção para os países, essa análise está dividida em duas partes, a primeira parte fica a cargo da metodologia antiga da ONG, e a segunda parte fica a cargo da metodologia nova da ONG. Faremos análises de tabelas e de movimentação dos países no ranking do índice da ONG, buscando entender relações entre o nível de corrupção e o nível de desenvolvimento dos países referidos.

Palavras-chave: Corrupção; IDH; Indicadores Econômicos; Transparência Internacional.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the impact of corruption on the index of social development and economic indicators, such as unemployment, growth rate, trade balance. Finding relationships between levels of corruption and levels of social development of countries. The first step will be an analysis of work done in connection with corruption, seeking to explain and understand what corruption is, how it works and where in the world it exists. Soon after, we will analyze the countries participating in the NGO's private international transparency research, which seeks to calculate a corruption index for the countries, this analysis is divided into two parts, the first part is in charge of the NGO's old methodology, And the second part is in charge of the NGO's new methodology. We will analyze the tables and the movement of the countries in the ranking of the NGO index, seeking to understand the relationship between the level of corruption and the level of development of the referred countries.

Keywords: Corruption; IDH; Economic indicators; Transparency International.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de Percepção da Corrupção, 2010 a 2016	40
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2000 a 2002	27
Tabela 2: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2003 a 2005	28
Tabela 3: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2006 a 2008	29
Tabela 4: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2009 a 2011	30
Tabela 5: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2012	35
Tabela 6: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2013	36
Tabela 7: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2014	37
Tabela 8: Ranking do índice da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2015	38
Tabela 9: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2015	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Justificativa	8
1.2 Problema de Pesquisa.....	8
1.3 Objetivos.....	9
1.4 Estrutura do trabalho	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	10
3 METODOLOGIA.....	18
3.1 Fontes utilizadas pela ONG da Transparência Internacional.....	18
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
4.1 Metodologia antiga da Transparência Internacional.....	26
4.1.1 Apresentação dos resultados sob a metodologia antiga: ano de 2000 a 2011	27
4.1.2 Países que apresentaram uma maior frequência no ranking da metodologia antiga: ano 2000 a 2011	31
4.2 Nova metodologia da Transparência Internacional.....	34
4.2.1 Apresentação dos resultados sob a nova metodologia antiga: ano de 2012 em diante ...	34
4.3 Um retrato da percepção da corrupção nos continentes.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6 REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Existem dois agentes que não deveriam fazer parte da corrupção, e, quando fazem, acabam colaborando em grande parte com as consequências espúrias: os burocratas-as pessoas que fazem parte do governo – e pessoas com cargos jurídicos. Quando a corrupção está presente em um sistema, acaba quebrando o estado funcional e organizado do mesmo. O impacto da corrupção no sistema pode trazer desequilíbrio e instabilidade para o cenário econômico, atrapalhando o livre comércio e a natureza das trocas econômicas. Esse tipo de atitude acaba afastando os investimentos externos, provocando um cenário econômico instável e imprevisível, causando a diminuição da confiabilidade dos investidores (AMEIXEIRA, 2013).

Sabe-se que a corrupção é um fenômeno que acontece em quase todo o mundo, tanto é que se tem um estudo da Transparência Internacional que analisa a percepção de corrupção nos países. Nos últimos anos, o Brasil vem perdendo colocações no ranking de confiabilidade da transparência. Entre 2012 e 2016, por exemplo, o Brasil caiu da 69ª posição para a 79ª posição.

A visão que o resto do mundo tem sobre o Brasil está bem clara e estampada nas capas dos principais jornais e revistas. Segundo a conceituada revista *The Intercept* (2016), o Brasil está passando pela maior crise econômica e política da história nacional por conta da corrupção.

A ONG Transparência Internacional tem por objetivo calcular um índice relacionado à corrupção. Esse índice demonstra o nível de percepção da corrupção de determinados países que disponibilizam suas informações para a equipe da ONG. A Transparência Internacional é de cunho privado, e é financiada por grandes empresários que têm interesse em investir nos países que oferecem um risco país irrisório.

Os dados a serem utilizados no presente trabalho partem do ano 2000 até o ano de 2016. Por conta disso, deve-se saber que, do ano 2000 até o ano de 2011, a ONG não tinha um acesso contínuo aos dados dos países que participam da pesquisa. Somente no ano de 2012 foi que a ONG conseguiu fechar um acordo com as fontes de dados dos países que manifestaram interesse em participar da pesquisa. Portanto, a metodologia que a ONG utilizava do ano 2000 até o ano de 2011 não tem um padrão na fonte de dados, não nos permitindo fazer uma comparação direta entre os valores obtidos do índice de cada país ao

longo dos anos¹. Porém, a partir do ano de 2012, a nova metodologia, que conta com um banco de fontes fixo, permite fazer uma análise comparativa entre os valores do índice (Transparência Internacional, 2016).

1.1 Justificativa

O tema estudado tem relação com os níveis de desenvolvimento humano e crescimento econômico. Com esse tipo de estudo, pode-se discutir o impacto da corrupção e analisar o quanto ela pode ser prejudicial ao sistema econômico e ao desenvolvimento humano. Trabalhos já realizados como os de Klein (2008), Gordin (2008) e Ameixieira (2013), nos mostram a evolução da corrupção no sistema econômico e como a corrupção é prejudicial para a sociedade e para o crescimento econômico. O presente trabalho tem como intenção contribuir para o estudo do tema, através da análise de trabalhos já desenvolvidos e do comportamento dos países no ranking da Transparência Internacional, para melhor entender os efeitos da corrupção.

1.2 Problema de Pesquisa

A corrupção traz vários problemas para a economia, sociedade e política. Quando se detecta altos níveis de corrupção em um país, fica bem claro como o índice de desenvolvimento humano é baixo, e a sua sociedade acaba por perder níveis de desenvolvimento, satisfação e utilidade. A economia fica em tensão, com os gargalos apertados, afastando investimentos externos e perdendo valor da moeda nacional. O cenário político fica conturbado, partidos políticos tomam decisões pensando somente em benefício próprio, deixando o interesse comum da sociedade de lado (SIMPLÍCIO, 2013).

Apesar de no trabalho de Simplício (2013), não haver dados numéricos do impacto da corrupção na economia, a autora nos apresenta argumentos muito significativos em relação ao impacto social causado pela corrupção. Pessoas que têm baixa renda acabam sendo afetadas de uma forma maior do que pessoas com uma renda alta. Além disso, a corrupção incide diretamente nos investimentos do governo e, portanto, quando existe um alto nível de corrupção temos maiores filas nos hospitais públicos, menos investimentos em educação, diminuição do investimento em saneamento básico, ou seja, escassez de recursos que se refletem na piora dos indicadores sociais.

¹Pode-se comparar as colocações dos países e os valores dos índices dentro de um mesmo ano, mas a comparação interanual carece de uma base homogênea dos dados nesse período.

É importante estudar o impacto que a corrupção exerce dentro da economia de um país, analisando o quanto a sociedade como um todo perde, tanto como utilidade de consumo, quanto em índices de desenvolvimento sociais. Algumas pesquisas, como a de Camargo (2012), indicam que, no Brasil, o preço da corrupção pode chegar a R\$ 69 bilhões de reais por ano.

Para tanto, deve-se perguntar quais são os motivos que levam os representantes políticos, sociais e privados a praticarem essa atitude que tem um impacto evidente na economia e no desenvolvimento social dos países. Junto a esta questão, também pode-se analisar discussões para buscar inibir esse tipo de atitude dos agentes que tem o poder de decidir se deve ou não ser corrupto.

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar dados disponíveis sobre o desenvolvimento econômico e crescimento econômico de países que estão aparecendo com maior frequência no índice de percepção de corrupção da ONG da Transparência Internacional, buscando relações entre os países que ocupam o topo do ranking, o Brasil, e os países que ocupam as piores colocações no ranking.

Especificamente, pretende-se:

- Analisar os níveis de corrupção, no sentido de verificar a relação entre altos níveis de corrupção e baixos índices de IDH, dos países que compõem as primeiras colocações no ranking da Transparência Internacional, bem como o Brasil e os países que ocupam as últimas colocações no ranking.
- Analisar a movimentação do Brasil no ranking utilizando os dados da ONG da Transparência Internacional do ano de 2000 a 2016.

1.4 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção fica por conta da revisão da literatura, buscando mostrar a evolução da temática. A terceira seção trata da metodologia, onde se apresentam os métodos a serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e os dados que compõem o índice da Transparência Internacional. Na quarta seção apresentam-se os resultados e discussões. A quinta seção traz as considerações finais. Por fim, as referências constam na sexta seção.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O trabalho de Carraro, Fochezatto e Hillbrecht, (2003), utilizou um modelo de equilíbrio geral para analisar a corrupção nacional, com o objetivo de avaliar a quantidade de recursos que o Brasil perde com o exercício da corrupção. Os resultados do trabalho apontam que a corrupção, a princípio, é um problema de governo, porque a liberdade de mercado está intimamente relacionada com a expansão das funções do governo. Sendo que o potencial de lucro do mercado nacional está relacionado com a possibilidade de execução de políticas industriais e comercial, visando a proteção do mercado interno para as empresas nacionais. Aplicando o modelo de equilíbrio geral, os autores obtiveram uma medida para o volume de recursos envolvidos com a corrupção no Brasil. O volume encontrado é de aproximadamente 6% do PIB brasileiro, sendo este o custo da corrupção.

Granovetter (2003), define a corrupção como a perversão ou destruição da integridade no cumprimento de deveres públicos, tendo em troca suborno ou favor. Quando se usa o termo “destruição de dever”, dizemos que a corrupção vira um abuso da confiança e da responsabilidade. Quando o agente corrupto usa deste poder de não cumprir seus deveres, acaba quebrando as regras da organização, diminuindo assim sua eficiência. Trocas corruptas podem ser classificadas como dois itens muito importantes, inclusive a distinção entre essas duas classificações nos ajuda a entender melhor o contexto de corrupção, sendo elas: “suborno” ou “extorsão”.

Quando um servidor público privilegia um cidadão de qualquer forma que não seja igual para todos, através de sua posição burocrática, se caracteriza como extorsão. Caso esse tipo de atitude partisse de um cidadão, esse ato se caracterizaria como suborno. Um entendimento mais amplo da corrupção envolve não somente a troca entre dois indivíduos identificados, mas também a situação na qual um indivíduo em alguma posição de deveres e de confiança se apropria de bens e serviços que a ele não pertence e merece. Existe uma pressuposição de que a corrupção é moralmente não aceita e repugnada, independentemente se uma lei foi ou não infringida (GRANOVETTER, 2003).

O Banco Mundial considera a corrupção como um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento econômico e mundial, por conta de a corrupção distorcer a autoridade das leis e despotencializar a base constitucional necessária para o crescimento econômico. Dentre tantas definições de corrupção, os pontos mais comuns do comportamento corrupto estão relacionados à interação entre o poder público e o setor privado com a presença da ilegalidade. Os principais pontos determinantes da corrupção são a existência de poderes

discricionários, a existência de rendas econômicas consideráveis e uma probabilidade de detecção e punição relativamente baixa.

Portanto, quando alguém tem o poder discricionário sobre a alocação de recursos, a tentação para o agente sucumbir à corrupção é grande. Além disso, quanto maior é a existência de rendas econômicas, maior é o incentivo que os proprietários têm para evitar regulações e maiores os valores de pagamentos que eles podem oferecer aos agentes que possuem os poderes discricionários. Por fim, a corrupção é determinada pela quantidade de barreiras existentes aos atos corruptos: os agentes que engajam na corrupção acreditam que a utilidade dos rendimentos que a corrupção traz é mais valiosa do que os inconvenientes causados pelas penalidades associadas a este ato (MACIEL, 2005).

Do ponto de vista político, os objetivos da pesquisa econômica sobre a corrupção devem ser com foco em isolar os efeitos econômicos dos acordos de trocas ilícitas entre os agentes, e discutir como as reformas legais e institucionais podem restringir os danos e melhorar a eficácia do governo em inibir os efeitos.

A corrupção não é um problema uniforme e autônomo. Em vez disso, é um sintoma de que as relações entre estado e sociedade operam de maneira que prejudicam a justiça e a legitimidade do estado e que levam ao desperdício e à fraca orientação dos gastos públicos. A corrupção ocorre dentro de uma estrutura onde as leis e os regulamentos básicos estão em vigor, e os executivos aproveitam oportunidades para se beneficiarem.

Arckerman e Luce, (2006), definem a corrupção de duas formas: a corrupção de baixo nível e de alto nível. A corrupção de baixo nível tem uma fonte de recursos escassos, e por conta disso existe a demanda por um sistema de controle para esses recursos. O sistema beneficia as pessoas que estão abertas a este tipo de ato. Quando esses recursos são repassados para terceiros de uma forma ilícita, o agente corrupto acaba criando um certo vínculo com o repasse dos recursos, fazendo assim uma cadeia de corrupção. O processo burocrático também é uma forma de manipulação da corrupção, os agentes corruptos podem ameaçar usar da burocracia para atrasar algum processo ou impedir algo, buscando assim um meio para extrair subornos do sistema.

Na corrupção de alto nível, o setor público pode ser organizado como máquina de extração de renda. Por exemplo, funcionários podem organizar sistemas de corrupção em larga escala em colaboração com grupos do crime organizado, que recebem um monopólio de fato sobre atividades ilícitas. Na democracia pode existir um sistema eleitoral corrupto, tendo o dinheiro como determinante do resultado. Campanhas políticas exigem recursos de fontes

públicas ou privadas. Os eleitores precisam ser persuadidos a apoiar determinados candidatos de uma forma ou de outra.

A corrupção pode levar à distribuição ineficaz e injusta de benefícios escassos, prejudicar os objetivos dos programas públicos, incentivar os funcionários a criar burocracia, aumentar o custo de fazer negócios e limitar a entrada e diminuir a legitimidade do Estado. Esses tipos de grande corrupção podem minar a legitimidade do estado e o funcionamento econômico. A maioria dos problemas está no monopólio bilateral, onde um conjunto estreito de poderosas figuras públicas e privadas controla o estado.

O estudo de Ackerman e Luce, (2006), mostra a riqueza e a complexidade da investigação sobre a corrupção e demonstra o valor da desagregação do problema para uma maior compreensão e para promover respostas políticas eficazes.

Os tipos de respostas políticas estruturais e baseadas em incentivos que são discutidas em Ackerman e Luce, (2006), podem orientar os governos que estão genuinamente comprometidos com a reforma. No entanto, os estudos sugerem cautela. Soluções técnicas inteligentes, baseadas em incentivos econômicos, podem não ser suficientes. Uma liderança moral forte é necessária, mas não é suficiente. É preciso que as escolhas políticas certas sejam feitas diretamente. Não é de admirar que o controle eficaz e duradouro da corrupção seja uma conquista rara e preciosa. Mas não está além do poder de reformadores políticos determinados e inteligentes (ACKERMAN; LUCE, 2006).

Aqueles que estão dispostos a realizar atos corruptos perdem a capacidade de se comprometer com a honestidade. Este pensamento está no centro da compreensão das desastrosas consequências econômicas e sociais da corrupção. Segundo Lambsdorff (2007), o poder do pensamento econômico veio através do conceito de Adam Smith da mão-invisível, na qual o próprio mercado é responsável por seu equilíbrio. O mercado não tem em seu centro a honestidade como base, tem como base o livre comércio para servir sua demanda.

O problema com a corrupção é não ter uma ferramenta tão eficiente como a do equilíbrio do mercado. Uma possível ferramenta mencionada no livro de Lambsdorff (2007) é a que o autor chama de pé-invisível, qual seja, a traição entre os agentes corruptos, um denunciando o outro. Para dar a continuidade ao combate a corrupção, deve-se encorajar o comportamento da traição dos agentes corruptos. Os agentes tendem a manter a reciprocidade, ou seja, a troca de favores entre os interessados. Uma possível ferramenta para o incentivo desse comportamento seria a implementação da ética em meio aos agentes corruptos. Com esse tipo de atitude, os agentes tendem a encorajar-se para denunciar os agentes corruptos.

A crítica que norteia essa ideia é que a ética pode não aguentar a pressão dos agentes diante do espaço que ocorre o ato ilícito. Frequentemente acontecem em transações comerciais regulares e legais. Estas transações podem fornecer o terreno fértil estabelecendo a confiança e a reciprocidade necessárias para se envolver em negócios ilegais.

O princípio do combate à corrupção seria então manter o foco no pé-invisível, iniciando sua instalação imediatamente, servindo como inspiração futura para os agentes. Um foco que merece reconhecimento é a concepção do sistema legal. Penalidades podem marcar o fim de uma carreira corrupta. Um sistema eficiente das penalidades pode evitar esse problema e inibir a reciprocidade corrupta. É necessário que haja esforço contínuo da sociedade para disciplinar seus funcionários públicos e políticos. A coragem e o compromisso entre as pessoas e os agentes continuarão sendo um pré-requisito para níveis baixos de corrupção. O conhecimento sobre ferramentas anticorrupção estão aumentando a uma velocidade notável. As ideias de reforma são testadas em todo o mundo e as experiências são rapidamente trocadas de modo a determinar as melhores práticas (LAMBSDORFF, 2007).

Uma das principais características de um sistema social modelo é a legitimidade e a preservação da ética e moral de suas instituições públicas. É justamente esta legitimidade e preservação que permitem que as autoridades públicas sigam seus mandatos com autoridade e eficiência. Quando existe a falta de legitimidade, a autoridade pública tem que exercer seu mandato com autoritarismo e violência. Os regimes autoritários promovem a corrupção através do uso do poder, perda de autonomia do poder judiciário e encurtamento da expressão da opinião pública (SCHWARTZMAN, 2008).

Como Schwartzman (2008), destaca, até os anos 80, na América Latina, os regimes que prevaleceram foram os regimes autoritários, que acompanhava altos níveis de corrupção. A corrupção está associada a valores e juízos morais, na qual países mais pobres, ou suas elites, demonstram um nível de corrupção maior do que países mais desenvolvidos, em que dificilmente os regimes autoritários são os que predominam.

Gordin (2008), em seu trabalho sobre a corrupção e crescimento econômico na América Latina, avaliou de maneira empírica, usando dados longitudinais, a associação entre um índice de percepção da corrupção e o produto nacional bruto per capita de países latino americanos. Por meio de sua pesquisa, chegou-se à conclusão de que quanto maior o nível de corrupção, maior o impacto no crescimento econômico, no sentido de crescimento negativo, impactando diretamente no bem-estar social.

A relação entre a corrupção e a economia subterrânea (atos econômicos ilícitos) tem um elo muito intimamente conectado. A corrupção e a economia subterrânea reforçam-se

juntamente por conta da baixa qualidade institucional, e associadas a menores níveis de desenvolvimento. Como o elo entre as duas variáveis é fortemente conectado, combater a corrupção é combater a economia subterrânea. Para esse combate ser eficaz e apresentar resultados significativos, o esforço para o combate deve ser em grande parte direcionado para a melhoria institucional, pois é por meio da qualidade institucional que políticas fiscais e públicas serão significativas (KLEIN, 2008).

O sistema político e judiciário são subsistemas sociais e a constituição é a acoplagem estrutural entre esses dois sistemas. Quando a constituição é violada pela corrupção, é o momento em que a corrupção sistêmica se demonstra. A corrupção sistemática normalmente nasce da pressão de conformidades particulares de poder. Um dos maiores impulsos que a corrupção sistêmica tem no Brasil entre os nossos representantes políticos é o distanciamento entre a ética e a política. Frequentemente, de forma silenciosa e sutil, grande parte dos representantes políticos, os detentores do poder, querem dissociar a ética da política para alcançar fins políticos desejados. A corrupção não pode ser vista como algo normal no âmbito político e como uma forma de auxílio para os representantes públicos que estão no poder para alcançar seus projetos de governo.

Até o ano de 2008, no Congresso Nacional, tínhamos 68 projetos de combate à corrupção. Porém existe uma grande demora para serem votados e na maioria das vezes acabam nem sendo votados por existir outros projetos de “maior importância”. A imunidade parlamentar, o sigilo bancário excessivo, a ineficácia da transparência dos gastos públicos, a elevada quantidade de funções comissionadas, a morosidade da Justiça, e a falta de critérios para elaboração e repasses de recursos de emendas parlamentares são alguns diagnósticos que norteiam a corrupção no Brasil (BOTELHO, 2008).

O cenário político brasileiro tem uma antinomia entre a corrupção e normas morais que regulam os passos políticos da corrupção. Essa contradição abrange o conceito de corrupção e o modo pela qual foi construída no Brasil. Estudos como o de Filgueiras (2009), mostram que os cidadãos têm plena convicção dos efeitos negativos causados pela corrupção. Eles conseguem perceber os reflexos desse ato na realidade social, e entendem que acabam perdendo níveis de satisfação. Por exemplo, quando se tem altos índices de corrupção, o país começa a obter uma desvantagem competitiva, gera perda em projetos orçamentários, afasta incentivos de investimento que incidiriam na melhoria de vida da sociedade, a qual é sentida diretamente pelas pessoas mais carentes, por conta de serem mais dependentes dos serviços oferecidos pelo Governo.

Porém, a prática do ato da corrupção ainda acaba sendo feita por conta dos interesses pessoais. Portanto, não adianta apenas fazer uma mudança no aparato formal ou na máquina administrativa; essa atitude já vem sendo tomada nas últimas décadas, com o reforço da transparência. A mudança tem que partir dos cidadãos, com aumento do senso de publicidade na moral e ética, desvinculando a cultura política tolerante aos atos espúrios do homem público (FILGUEIRAS, 2009).

A corrupção tem um peso no desempenho econômico de um país, acaba atingindo as decisões de investimentos, limita o crescimento econômico, altera o destino dos gastos governamentais, causa distorções na concorrência, e abala a legitimidade dos governos. Além de afetar todos esses itens, a corrupção gera consequências negativas sobre o nível do PIB per capita, índices sociais de desenvolvimento como o IDH, a competitividade e o potencial de crescimento da economia. No estudo do Departamento de Competitividade e Tecnologia(2010), a solução para diminuir o impacto da corrupção no sistema econômico e no bem-estar social tem que passar por reformas políticas e institucionais, criando novas leis ou aperfeiçoando as leis existentes, fazendo mudanças na estrutura de incentivos de forma que a honestidade seja mais lucrativa do que o oportunismo.

Segundo Delforge (2011), a participação da população é de suma importância para a eficiência do controle da corrupção. O modelo de administração baseado na participação efetiva da sociedade é o modelo que traz uma maior eficiência anticorrupção. É bem claro que a participação efetiva da sociedade ajuda a manter eficientes os mecanismos de combate à corrupção, porém deve-se aumentar as medidas preventivas e conscientizar a sociedade para cobrarem de seus representantes uma atuação digna com suas atribuições, exercendo punições intimidadoras por prática da corrupção, tornando-a mais eficiente.

A evolução dos estudos sobre a corrupção com relação ao aporte da racionalidade econômica tem trazido sério avanço, fazendo com que os agentes respondam através de incentivos. Segundo os estudos de Hernandes (2011), o governo pode utilizar a teoria econômica para abrir espaço e tomar uma ação estatal de controle da corrupção, por conta de o governo possuir o poder de manipular variáveis determinantes da prática.

A corrupção vem sendo alvo de discussão nos últimos 40 anos, focando-se no impacto sobre crescimento econômico. O trabalho de Ameixieira (2013) apresenta uma proposta de sistematização de estudos teóricos e empíricos acerca da relação entre a corrupção e o crescimento econômico. Nesse trabalho, procura-se fazer um estudo do impacto econômico da corrupção em Portugal, comparando-o com a Dinamarca (país com baixo índice de corrupção). Chegou-se à conclusão que, se Portugal baixasse seu nível de corrupção ao

mesmo patamar que a Dinamarca, seu PIB per capita aumentaria cerca de 89,1 % no período de 10 anos.

A corrupção incide diretamente e negativamente sobre toda a produção de uma sociedade, acaba violando direitos, o que amplia a exclusão social, afetando o bem-estar dos cidadãos. Afeta diretamente também os serviços públicos, tais como o transporte, saúde, educação, moradia e infraestrutura, fazendo com que diminua ainda mais a qualidade desses serviços oferecidos pelo governo. A corrupção está fortemente ligada ao desenvolvimento socioeconômico. Quando presente, afeta a igualdade social, a justiça, diminui a confiança dos cidadãos, fazendo com que eles percebam que a corrupção é um dos fatores responsáveis pela ineficiência de recursos básicos e pela má qualidade dos serviços públicos.

A possível solução para diminuir, ou até mesmo acabar com a corrupção, seria a imposição de reformas institucionais e econômicas, reavaliando a representatividade, aumentando o controle da sociedade sobre os seus representantes. Aumentar o acesso às informações de transparência, reduzir a percepção de impunidade e aumentar a velocidade para a punição da corrupção são possíveis soluções para inibir ou pelo menos diminuir o nível de corrupção do país (SIMPLICIO, 2013).

A economia brasileira vem perdendo com a corrupção desde o período colonial, que vem subtraindo as possibilidades do bem-estar econômico e social da população e a continuidade do crescimento na economia. Sabe-se que, atualmente, o Brasil vem perdendo classificação no ranking da Transparência Internacional, comprovando que a corrupção ainda continua vigente no governo atual. O impacto da corrupção acaba diminuindo a atratividade do investimento produtivo, o índice de desenvolvimento humano e desviando os recursos das áreas de interesse comum, como saúde, educação e segurança (SANTOS, 2013).

Lopes e Toyoshima, (2013), mostram em seu trabalho que a demanda pela eficiência no uso dos recursos públicos vem crescendo nas sociedades atuais. Espera-se gastos do governo bem aplicados, em projetos que venham a atender às necessidades sociais. Porém, a realidade não é essa. A corrupção está negativamente correlacionada com o investimento em saúde e educação, e esse é um dos maiores problemas que a corrupção pode trazer para o crescimento econômico e desenvolvimento humano, porque os recursos públicos destinados às áreas de saúde e educação são potenciais alavancadores do crescimento econômico dos países.

Pode-se perceber que a acumulação do capital humano, que está positivamente correlacionado com o nível de saúde e educação, acaba elevando a produtividade dos fatores e contribui para a expansão da atividade econômica. A definição de corrupção dada é muito

interessante: sempre que um agente corrupto vota a favor de uma medida, espera o resultado desta ação como favorecimento de sua própria riqueza, independentemente dos efeitos sociais que sua escolha pode trazer. Existe uma ferramenta da corrupção que acaba gerando desequilíbrio no mercado: o governo pode impor restrições à entrada de firmas no mercado, a fim de gerar propinas e arrecadações indevidas; fazendo isso, o governo insere ineficiência no mercado, diminuindo a quantidade de firmas, acabando com a concorrência, portanto, menor produção do que a de pleno emprego.

O trabalho sobre a análise da corrupção regional brasileira focando os estados, feito por Sobral, Ferreira e Besarria, (2014), demonstra, através de uma discussão empírica feita pelo procedimento metodológico dos Mínimos Quadrados Ordinários, o nível de corrupção dos estados. Os resultados encontrados indicam que existe associação entre a corrupção e o crescimento econômico dos estados brasileiros. Foi identificado que a corrupção estimula o crescimento e o desenvolvimento econômico nos estados menos corruptos, enquanto reduz o desenvolvimento e crescimentos nos estados mais corruptos. Por fim, a análise evidenciou a existência de um limite para a corrupção como saudável ao crescimento, um grau tolerável de corrupção, onde o custo de investigação da corrupção é igual aos valores desviados.

Segundo Sobral (2014), estudos comprovam que a corrupção pode prejudicar o crescimento econômico dos países por gerar injustiças, transferências de renda indesejáveis e afastar investimentos. Os estados brasileiros que têm os maiores índices de corrupção são os estados que menos crescem e se desenvolvem economicamente.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como enfoque o estudo do impacto da corrupção no índice de desenvolvimento humano e nos indicadores econômicos. Para a realização do trabalho serão utilizadas análises já feitas em outros trabalhos relacionados ao tema. Busca-se embasar os argumentos de acordo com a teoria econômica que versa sobre a corrupção.

Além disso, procura-se no trabalho analisar o comportamento da corrupção e seu impacto social nos países que aparecem com mais frequência no ranking da ONG da Transparência Internacional. Serão avaliados os países com os menores índices de corrupção e os com os maiores índices de corrupção apontados no índice da Transparência Internacional, no intuito de verificar se existe alguma relação entre o nível de desenvolvimento econômico e de corrupção, e comparar a realidade social entre esses países e o Brasil.

Os dados serão analisados a partir do ano 2000, ano em que a ONG da Transparência Internacional começou a disponibilizar seus dados, até 2016, buscando analisar os países referências – com maior e menor índice de corrupção – comparando os índices de desenvolvimento humano desses países com os índices alcançados no Brasil.

3.1 Fontes utilizadas pela ONG da Transparência Internacional

Abrangeremos todas as fontes usadas para a composição do índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional. De modo geral, as fontes são:

- 1) Banco governamental de desenvolvimento africano;
- 2) Fundação Bertelsmann – Indicadores de governança sustentável;
- 3) Índice de transformação da fundação Bertelsmann;
- 4) Classificação de Risco País da unidade de inteligência econômica;
- 5) Casa das nações livres;
- 6) Conhecimento global do risco país;
- 7) Anuário Mundial de Competitividade;
- 8) Consultoria da inteligência asiática de risco político e econômico;
- 9) Serviços de Risco Político – Guia internacional de Risco País;
- 10) Banco Mundial – Avaliação de políticas;
- 11) Pesquisa de opinião política executiva do fórum econômico mundial;
- 12) Índice do projeto de justiça mundial.

A seguir serão explicadas cada fonte que a equipe da Transparência Internacional se utiliza para a formulação do índice de percepção da corrupção.

1) Banco Governamental do Desenvolvimento Africano

É um banco regional que tem o foco no desenvolvimento multilateral, empenhado na promoção do desenvolvimento e crescimento econômico, e da evolução social dos países do continente africano. As avaliações de governança que o banco promove fazem parte da Avaliação de Políticas e Instituições do País (APIP), que avalia a qualidade do quadro institucional de um país e desenvolve um caminho para promover o uso eficaz da assistência ao desenvolvimento. O atual APIP trabalha de uma forma intensa para alcançar um nível muito alto de uniformidade e consistência entre todos os países africanos que compõem a pesquisa. Para conseguir alcançar a uniformidade e a consistência, o Banco Africano de Desenvolvimento modificou o questionário e as orientações para que o APIP ficasse alinhado com o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. O APIP é feito por uma equipe de economistas do país com grande experiência em análise de políticas. O conhecimento dos especialistas é complementado com contatos locais que fornecem informações quantitativas e qualitativas (Transparência Internacional, 2015).

Para a elaboração do APIP, os especialistas avaliam a transparência governamental e o nível de corrupção no meio público. Para isso, avaliam até que ponto o executivo pode ser responsabilizado pelo ato de corrupção, analisando o impacto de suas ações, buscando saber qual destino foi dado para os recursos, analisando as decisões administrativas tomadas e os resultados obtidos (Transparência Internacional, 2015).

2) Fundação Bertelsmann Indicadores de Governança Sustentável

A Bertelsmann Stiftung foi inaugurada em 1977 com cunho privado. A fundação tem como objetivo trabalhar para a melhoria da educação, para desenvolver um sistema econômico justo e eficiente, elaborar um sistema de saúde preventiva e que atenda às necessidades da sociedade, uma sociedade civil informada e com maior compreensão internacional. A Bertelsmann Stiftung é independente e não partidária. Desenvolve, lança e executa seus próprios projetos (Transparência Internacional, 2015).

Os Indicadores de Governança Sustentável (IGS) examinam o governo e a formulação de políticas em todos os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia (UE), a fim de avaliar e analisar a necessidade e a capacidade de cada país de realizar reformas políticas sociais (Transparência Internacional, 2015).

Os indicadores são calculados com base em dados quantitativos de organizações internacionais e, em seguida, complementados por avaliações qualitativas de peritos reconhecidos nos países (Transparência Internacional, 2015).

3) Índice de Transformação da Fundação Bertelsmann

O Índice de Transformação fornece a estrutura para o intercâmbio de boas práticas políticas e econômicas entre os agentes. Neste enquadramento, a fundação publica utiliza duas classificações: o Índice de Estatuto e o Índice de Gestão, ambos baseados em avaliações aprofundadas de 129 países. As pontuações são baseadas em relatórios detalhados de países que avaliam 52 perguntas divididas em 17 critérios (Transparência Internacional, 2015).

As avaliações são feitas por dois especialistas por país. As avaliações por país consistem em duas seções: a avaliação escrita do estado de transformação e desempenho de gestão e controle em um país (relatório do país) e a avaliação numérica do estado de transformação e desempenho de gestão (classificação do país). As pontuações são dadas por um perito do país, que são depois analisados por um segundo especialista da fundação. Essas pontuações feitas pelos especialistas são então analisadas e discutidas pelos coordenadores regionais para assegurar a comparabilidade entre os países nas classificações. Além disso, a fundação também instituiu uma etapa extra de verificação para garantir que as pontuações fornecidas correspondam às descrições qualitativas para cada país (Transparência Internacional, 2015).

4) Classificação de Risco País da unidade de inteligência econômica

Foi criada em 1946 como fonte de pesquisa do jornal The Economist. Desde então, tem crescido em uma escala de pesquisa global. É uma empresa de consultoria que produz dados de negócios para os representantes políticos de todo o mundo. São cerca de 650 analistas trabalhando em tempo integral e colaboradores que trabalham em mais de 200 países/territórios (Transparência Internacional, 2015).

As Classificações de Risco País são projetadas para fornecer uma análise profunda e oportuna dos riscos de investimento financeiro em mais de 140 países (Transparência Internacional, 2015).

A equipe conta com especialistas que se encontram principalmente em Londres (mas também em Nova Iorque, Hong Kong, Pequim e Xangai) que são apoiados por uma rede global de peritos no assunto. Cada analista de país abrange de dois a três países/territórios. Os

relatórios econômicos e políticos produzidos pelos analistas da equipe são submetidos a um rigoroso processo de revisão antes da publicação (Transparência Internacional, 2015).

5) Casa das nações livres

Fundada em 1941, a Casa das nações livres é uma organização de vigilância independente que apoia a expansão da liberdade em todo o mundo. Também apoia a mudança democrática (visando uma democracia mais eficiente e transparente), monitora a liberdade de expressão e acesso a dados governamentais, buscando defender a democracia e os direitos humanos (Transparência Internacional, 2015).

Os relatórios dessa instituição mensuram a democratização em 29 nações e áreas administrativas em toda a Europa Central e os Novos Estados Independentes (NEI). Os relatórios focalizam o progresso democrático e os retrocessos. Os relatórios buscam explicar as seguintes áreas temáticas: governança democrática nacional; processo eleitoral; sociedade civil; mídia independente; governança democrática local; quadro jurídico e da independência; e corrupção dos países/territórios estudados (Transparência Internacional, 2015).

As investigações são produzidas pela equipe da Casa das nações livres e consultores. Os consultores são recomendados pelas autoridades competentes e são especialistas regionais ou nacionais. Para compor o relatório, foram utilizadas diversas fontes, incluindo: instituições multilaterais de empréstimo; organizações não-governamentais; jornais e revistas locais; dados governamentais (Transparência Internacional, 2015).

6) Conhecimento global do risco país

Fundada em 1959, é uma empresa de informação global que emprega mais de 5.100 pessoas em mais de 30 países ao redor do mundo. Fornece uma ampla gama de serviços on-line abrangendo macroeconomia, risco país e análise do setor individual (Transparência Internacional, 2015).

O sistema de classificação de risco está em operação desde 1999 e fornece uma análise de seis fatores do ambiente de risco em 203 países/territórios. Os seis fatores são de natureza política, econômica, jurídica, tributária, operacional e de segurança. A pontuação de risco de corrupção utilizada no índice é retirada em grande parte da avaliação do risco operacional, mas também se baseia na percepção dos especialistas do país na análise de outras áreas de risco (Transparência Internacional, 2015).

As avaliações são feitas por mais de 100 peritos no assunto, internos do país, que também se baseiam nas opiniões de especialistas que não residem no país, clientes e outros contatos pertinentes. O índice reflete percepções de especialistas sobre o nível comparativo do problema da corrupção em cada país/território. As classificações avaliam um amplo leque de corrupção, desde corrupção em pequenas escalas até corrupção política de nível superior. Os resultados atribuídos a cada país são baseados em uma avaliação qualitativa da corrupção (Transparência Internacional, 2015).

7) Anuário Mundial de Competitividade

A instituição é uma escola de negócios de alto padrão com foco em desenvolvimento de representantes globais através de educação executiva de grande impacto. Focada no desenvolvimento executivo da realidade dos países/territórios, oferecendo uma análise com um espectro global, o índice tem uma abordagem flexível e personalizada (Transparência Internacional, 2015).

O Anuário de Competitividade Mundial mensura a competitividade dos países, classificando e examinando o clima sócio-político e econômico de vários países, e como essas variáveis afetam a competitividade das empresas. A análise utiliza mais de 300 critérios para obter uma imagem variada da competitividade das nações. Esta análise de competitividade é definida como: "A competitividade das nações é um campo do conhecimento econômico, que analisa os fatos e as políticas que moldam a capacidade de uma nação para criar e manter um ambiente que sustente a prosperidade para seu povo" (Transparência Internacional, 2015).

O índice, em grande parte, é composto por dados sólidos, mas também uma averiguação junto aos líderes empresariais que, em conjunto, discutem a saúde empresarial de uma nação. O índice analisa as empresas locais e estrangeiras que operam em uma dada economia. No ano de 2015, cerca de 4.300 executivos responderam às perguntas feitas pela equipe da instituição (Transparência Internacional, 2015).

8) Consultoria da inteligência asiática de risco político e econômico

É uma empresa de consultoria especializada em informações estratégicas de negócios e análise para empresas que fazem negócios nos países do Leste e Sudeste Asiático. Como parte de seus serviços, a empresa elabora uma série de relatórios de risco sobre os países asiáticos, prestando atenção especial a variáveis sócio-políticas críticas como corrupção,

direitos e riscos de propriedade intelectual, qualidade das leis trabalhistas, além de alguns outros pontos pertinentes dos países (Transparência Internacional, 2015).

A empresa publica relatórios a cada 15 dias, que estão disponíveis para assinantes. Os dados para o índice são obtidos a partir do boletim de corrupção que a empresa cria, onde reúne e interpreta dados de uma pesquisa de opinião executiva de empresários locais e não locais (Transparência Internacional, 2015).

Todos os dados foram coletados em entrevistas presenciais ou em resposta a questionários online dirigidos a pessoas específicas. Todas as pessoas que participaram do questionário forneceram seus respectivos pontos de vista e comentários apenas para o país em que residem (Transparência Internacional, 2015).

9) Serviços de Risco Político – Guia internacional de Risco País

Fundado em 1979, têm como principal objetivo a análise de risco político. Todo mês, desde 1980, o índice produzido pela instituição produziu classificações de risco político, econômico e financeiro para países/territórios importantes para negócios internacionais. A instituição atualmente tem monitora 140 países/territórios. Esse índice serve de base para um sistema de alerta para oportunidades e armadilhas de cada país que participa da pesquisa (Transparência Internacional, 2015).

A instituição capta informações políticas e as converte em pontos de risco com base em um padrão consistente de avaliação. As avaliações de risco político e outras informações políticas constituem a base das classificações do índice (Transparência Internacional, 2015).

10) Banco Mundial – Avaliação de políticas

O Banco Mundial foi fundado no ano de 1944, sua sede fica em Washington e tem mais de 10.000 funcionários em seu quadro, com mais de 100 escritórios espalhados pelo mundo. O Banco Mundial é formado por duas instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (Transparência Internacional, 2015).

O BIRD parte do princípio de reduzir a pobreza em países subdesenvolvidos e com uma renda média baixa. A CPIA classifica todos os países pertinentes para participar do AID de acordo com um conjunto de critérios agrupados nos seguintes grupos: (a) Gestão econômica; (b) Políticas estruturais; (c) Políticas de inclusão social e equidade; (d) Gestão e instituições do setor público. Os critérios baseiam-se nos fatores políticos e econômicos que

acabam por estimular o crescimento e a redução da pobreza, evitando viesar o processo de avaliação (Transparência Internacional, 2015).

O Banco buscou se especializar para dar orientações para ajudar a sua equipe a avaliar o desempenho do país, fornecendo uma definição de cada critério dos grupos citados acima, e uma descrição detalhada de cada nível de classificação. As classificações refletem uma variedade de indicadores, observações e julgamentos baseados no crescimento e desenvolvimento do país, e de indicadores relevantes disponíveis publicamente (Transparência Internacional, 2015).

11) Pesquisa de opinião política executiva do Fórum Econômico Mundial

O Fórum Econômico Mundial é uma organização internacional independente com o foco em melhorar o desempenho do desenvolvimento e crescimento do mundo, envolvendo representantes empresariais, políticos, acadêmicos e demais pessoas influentes da sociedade para discutir políticas globais, regionais e industriais. Foi intitulada como uma fundação sem fins lucrativos em 1971; com sede em Genebra, na Suíça, o Fórum não está vinculado a interesses políticos, partidários ou nacionais (Transparência Internacional, 2015).

A Pesquisa de Opinião Executiva (POE) é um levantamento anual do Fórum Econômico Mundial feito com executivos de empresas de negócios. A pesquisa vem evoluindo ao longo do tempo para capturar todos os aspectos que envolvem a eficiência nas tomadas de decisão (Transparência Internacional, 2015).

A Rede Global de Competitividade do Fórum trabalha intimamente com a colaboração de uma rede de mais de 160 Institutos Parceiros que administram a pesquisa em seus próprios países/territórios. Esses institutos são escolhidos por conta da sua capacidade de obter os dados de líderes executivos de negócios, bem como a sua compreensão do ambiente empresarial nacional e seu compromisso com a pesquisa do Fórum sobre a competitividade. Os Institutos Parceiros são, em sua maioria, departamentos de economia bem respeitados de universidades nacionais, institutos de pesquisa independentes ou organizações empresariais (Transparência Internacional, 2015).

12) Índice do projeto de justiça mundial

É uma organização independente e sem fins lucrativos que trabalha para incrementar o estado de direito para o desenvolvimento de comunidades carentes. Os esforços multinacionais e multidisciplinares do projeto de justiça mundial focam seus esforços no

desenvolvimento de programas que aumentem o apoio ao Estado de Direito em todo o mundo. O trabalho baseia-se em duas premissas complementares: o Estado de Direito é o alicerce da proteção das comunidades carentes e a apresentação da colaboração multidisciplinar como a maneira mais eficaz de promover o Estado de Direito (Transparência Internacional, 2015).

O Índice de Estado de Direito do projeto é uma ferramenta de avaliação moldada para oferecer uma visão detalhada e abrangente da extensão na qual os países/territórios se adaptam ao estado de direito na prática. O Índice fornece informações detalhadas e dados originais sobre uma variedade de exemplos do Estado de Direito, na qual permite aos países com um estado de direito fraco seguir um caminho que faça com que o estado de direito se fortaleça (Transparência Internacional, 2015).

As classificações e pontuações do Índice são frutos de um rigoroso processo de coleta e análise de dados. Os dados são coletados de uma pesquisa global do público em geral e questionários específicos administrados por especialistas locais. Até agora, mais de 2.000 especialistas e 66.000 outras pessoas de todo o mundo participaram deste projeto (Transparência Internacional, 2015).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Metodologia antiga da Transparência Internacional

Como apresentado na seção anterior, as fontes que a equipe da Transparência Internacional utiliza como base para a composição do índice da corrupção é bem abrangente. As fontes demonstram uma boa credibilidade, coletando dados de instituições que levam a sério o seu trabalho e produzem dados que de fato refletem a realidade dos países estudados.

O índice, até o ano de 2011, era calculado de uma forma “irregular”, não utilizando um padrão constante de fontes de dados ao longo dos anos. Como consequência, não havia a possibilidade de comparação direta na evolução do valor do índice dos países que participaram das análises. Ou seja, do ano 2000 até o ano de 2011, as fontes variavam dentro da composição do índice. As fontes utilizadas dos anos de 2000 até 2011 dependiam dos dados que a equipe da Transparência Internacional tinha acesso, e, por conta disso, em determinados anos eles obtinham uma quantidade maior de fontes e em outros anos uma quantidade menor de fontes de dados.

Somente a partir do ano de 2012 foi que a equipe da Transparência Internacional estabeleceu um padrão de fontes para serem utilizadas nas análises dos países que participavam das pesquisas, possibilitando, assim, fazer uma análise comparativa de movimentação no ranking por meio dos resultados dos índices. A partir do ano de 2012, a equipe da Transparência Internacional conseguiu fechar uma parceria com as doze entidades citadas na seção anterior, para que conseguisse manter acesso aos dados de forma constante e estabelecer um padrão na análise dos países envolvidos na pesquisa, possibilitando então uma análise mais correta e passível de comparação direta.

A seguir será feito uma análise do índice da Transparência Internacional na metodologia antiga, na qual não existia um padrão de fontes de dados. O foco será nos cinco primeiros países colocados em cada ano, entre o ano 2000 e 2011, a colocação do Brasil durante esses doze anos e por fim os cinco países nas últimas colocações do ranking. O objetivo de confrontar esses países é no sentido de buscar alguma relação entre eles e analisar o nível de desenvolvimento e crescimento econômico dos mesmos, analisando também os fatores sociais mais relevantes que influenciam diretamente nos índices de desenvolvimento humano. Será brevemente abordada a realidade de cada país, tentando entender se existe alguma relação entre os índices de corrupção e IDH dos países estudados.

4.1.1 Apresentação dos resultados sob a metodologia antiga: ano de 2000 a 2011

A seguir são apresentadas tabelas com os países que participaram da metodologia antiga utilizada pela equipe da Transparência Internacional, na qual não havia um padrão de fontes de dados para a composição do índice. As tabelas apresentam os países menos corruptos, os mais corruptos e a posição do Brasil com o passar do tempo. Os asteriscos representam os países que obtiveram a mesma nota no índice da corrupção. Outro fato importante que podemos notar é que, com o passar dos anos, a quantidade de países que participavam da pesquisa crescia. Isso acontece porque, conforme os países perceberam que participar da pesquisa da Transparência Internacional trazia possíveis investimentos externos, dando transparência aos dados pertinentes aos investidores, mais países se sentiram estimulados em participar da pesquisa e foram cedendo seus dados para a equipe analisá-los e inserir eles no ranking da instituição.

Tabela 1: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2000 a 2002

RANK 2000	PAÍS	RANK 2001	PAÍS	RANK 2002	PAÍS
1	Finlândia	1	Finlândia	1	Finlândia
2	Dinamarca	2	Dinamarca	2*	Dinamarca
3*	Nova Zelândia	3	Nova Zelândia	3	Nova Zelândia
4	Suécia	4*	Islândia	4	Islândia
5	Canadá	5	Singapura	5	Singapura
49	Brasil	46	Brasil	45	Brasil
86	Camarões	86	Ucrânia	97**	Azerbaijão
87**	Angola	87**	Quênia	98	Indonésia
88***	Azerbaijão	88	Indonésia	99***	Angola
89	Iugoslávia	89***	Nigéria	100	Nigéria
90	Nigéria	90	Bangladesh	101	Bangladesh

*Suécia também ocupa o 3º rank *Singapura também ocupa o 4º rank *Nova Zelândia também ocupa o 2º rank
**Indonésia também ocupa o 87º rank **Bolívia e Camarões também ocupa o 87º rank **Kenya e Madagascar também ocupam o 97º rank
***Ucrânia também ocupa o 88º rank ***Uganda também ocupa o 89º rank ***Paraguai também ocupa o 99º rank

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

Nesses três primeiros anos de análise, podemos notar por meio das tabelas que os países que ocuparam as primeiras colocações como menos corruptos se mantiveram praticamente iguais, tendo alteração apenas na quarta e quinta colocação. No ano de 2000, a Suécia vinha ocupando o quarto lugar e nos dois anos seguintes a Islândia tomou a frente dessa posição. No quinto lugar também houve uma modificação: no ano de 2000 o país que

detinha a posição era o Canadá, porém, nos anos seguintes Singapura tomou a liderança da posição.

O Brasil teve uma melhora no passar dos anos. No ano de 2000, o país estava na quadragésima nona colocação, porém, o índice de corrupção caiu nos dois anos seguintes, fazendo com que o Brasil melhorasse sua colocação, passando para a quadragésima sexta colocação e logo depois para a quadragésima quinta colocação. Os países com um maior índice de corrupção, ou seja, os países que tiveram as piores colocações no ranking, variaram bastante, não mantendo um padrão, mas podemos perceber que alguns países se destacaram e apareceram com mais frequência, como Angola, Nigéria, Bangladesh e Indonésia.

Nos outros três anos seguintes de pesquisa, o padrão se manteve semelhante. Os países que ocupavam as primeiras colocações no ranking (menos corruptos) se mantiveram estáveis. Como pode-se observar, no ano de 2003 a Finlândia estava no primeiro lugar do ranking, assim como no ano de 2004. No ano de 2005 a Islândia atingiu a colocação de país menos corrupto, sempre variando entres determinados países nas melhores colocações.

Tabela 2: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2003 a 2005

RANK 2003	PAÍS	RANK 2004	PAÍS	RANK 2005	PAÍS
1	Finlândia	1	Finlândia	1	Islândia
2	Islândia	2	Nova Zelândia	2*	Finlândia
3*	Dinamarca	3*	Dinamarca	3	Nova Zelândia
4	Nova Zelândia	4	Islândia	4	Dinamarca
5	Singapura	5	Singapura	5	Singapura
54	Brasil	59	Brasil	62	Brasil
129					
**	Angola	139**	Indonésia	150**	Congo
130					
***	Myanmar	140	Paraguai	151	Angola
131	Haiti	141	Myanmar	152***	Nigéria
132	Nigéria	142	Nigéria	153****	Myanmar
133	Bangladesh	143***	Bangladesh	154	Bangladesh
*Nova Zelândia também ocupa o 3º rank		*Islândia também ocupa o 3º rank		*Nova Zelândia também ocupa o 3º rank	
**Geórgia também ocupa o 129º rank		**Congo e Indonésia também ocupa o 129º rank		**Paraguai e Indonésia também ocupam o 129º rank	
***Paraguai também ocupa o 130º rank		***Paraguai também ocupa o 130º rank		***Guiana também ocupa o 130º rank	
				****Haiti também ocupa o 130º rank	

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

O Brasil foi perdendo colocação no ranking, ou seja, foi aumentando o seu índice de corrupção no passar desses três anos. No ano de 2003 o país ocupava o quinquagésimo quarto

lugar do ranking. No ano seguinte, passou para o quinquagésimo nono e logo em seguida para o sexagésimo segundo lugar na posição do ranking. Comparando-se o ano de 2000 com o ano de 2005, o país perdeu treze colocações no ranking. Nos países com os maiores índices de corrupção pode-se notar que vai se construindo um padrão, porém mais países vão se enquadrando nessas colocações. Myanmar, Nigéria, Paraguai e Bangladesh fazem parte desse padrão, se repetindo algumas vezes, alternando pouco sua colocação no ranking.

Nos três anos seguintes a primeira diferença clara que podemos notar é a quantidade de países que estão participando da pesquisa e conseqüentemente do ranking do índice da corrupção. Os países com as piores colocações ficaram na centésima octogésima posição. Comparando-se com o ano de 2000, temos noventa posições a mais no ranking, ou seja, muito mais países começaram a participar da pesquisa.

Tabela 3: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2006 a 2008

RANK 2006	PAÍS	RANK 2007	PAÍS	RANK 2008	PAÍS
1*	Finlândia	1*	Dinamarca	1*	Dinamarca
2	Islândia	2	Finlândia	2	Nova Zelândia
3	Nova Zelândia	3	Nova Zelândia	3	Suécia
4	Dinamarca	4**	Singapura	4	Singapura
5	Singapura	5	Suécia	5	Finlândia
70	Brasil	72	Brasil	80	Brasil
159	Sudão	176	Uzbequistão	176	Afeganistão
160**	Guiné	177	Haiti	177	Haiti
161	Iraque	178	Iraque	178**	Iraque
162	Myanmar	179***	Myanmar	179	Myanmar
163	Haiti	180	Somália	180	Somália

*Islândia e Nova Zelândia também ocupam o 1º rank

**Iraque também ocupa o 4º rank

**Finlândia e Nova Zelândia também ocupam o 1º rank

**Suécia também ocupa o 4º rank

*** Somália também ocupa o 179º rank

*Suécia e Nova Zelândia também ocupam o 1º rank

** Haiti também ocupa o 178º rank

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

Mais uma vez consegue-se notar que os países nas primeiras colocações do ranking seguem um padrão e são quase os mesmos que foram apresentados nos anos anteriores. O país que detinha a primeira colocação no ano de 2006 era a Finlândia, que compartilhou essa mesma posição com os outros países que já haviam aparecido nas tabelas anteriores em outras posições inferiores, ou até mesmo na primeira colocação. O Brasil, diferente dos três primeiros anos de análise, continuou perdendo colocação no ranking, se mostrando um país com o índice de corrupção crescente: estava na septuagésima posição no ano de 2006 e foi

para octogésima posição do ranking no ano de 2008. Ou seja, em três anos o país perdeu dez colocações no ranking. Comparando-se o ano de 2008 com o ano de 2000, o país perdeu trinta e uma colocações no ranking. Prontamente, os países que ocupam as piores colocações no ranking também mantiveram um certo padrão. O país que mais apareceu foi Myanmar, sendo que Iraque e Haiti também começaram a aparecer com mais frequência.

Tabela 4: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia antiga, dos anos de 2009 a 2011

RANK 2009	PAÍS	RANK 2010	PAÍS	RANK 2011	PAÍS
1	Nova Zelândia	1*	Dinamarca	1	Nova Zelândia
2	Dinamarca	2	Nova Zelândia	2*	Dinamarca
3*	Singapura	3	Singapura	3	Finlândia
4	Suécia	4**	Finlândia	4	Suécia
5	Suíça	5	Suécia	5	Singapura
75	Brasil	69	Brasil	73	Brasil
176**	Iraque	174	Uzbequistão	179	Uzbequistão
177	Sudão	175	Iraque	180**	Afeganistão
178	Myanmar	176***	Afeganistão	181	Mianmar
179	Afeganistão	177	Mianmar	182***	Coreia do Norte
180	Somália	178	Somália	183	Somália

*Suécia também ocupam o 3º rank
**Sudão também ocupa o 176º rank
*Finlândia também ocupa o 2º rank
**Afeganistão também ocupa o 180º rank
***Somália também ocupa o 182º rank
*Nova Zelândia e Singapura também ocupam o 1º rank
** Suécia também ocupa o 4º rank
***Mianmar também ocupa 176º rank

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

Nos três últimos anos da análise feita com a antiga metodologia, pode-se notar que o ranking cresceu ainda mais, passando a integrar cento e oitenta e três colocações no ranking, três colocações a mais do que os últimos três anos de análise. Novamente notamos um padrão entre os países que ocuparam as melhores colocações do ranking, na qual a Nova Zelândia teve predominância, participando diretamente da primeira colocação, dividindo espaço somente com a Dinamarca no ano de 2010. O Brasil teve uma melhora em sua colocação no ranking, passando para a septuagésima quinta colocação no ano de 2009 e logo em seguida para a sexagésima nona posição do ranking no ano de 2010. Porém, no ano de 2011, perdeu colocações no ranking e passou a integrar a septuagésima terceira posição. Os países com os piores índices mantiveram-se relativamente constantes: Myanmar aparece nos três últimos anos da análise da antiga metodologia. Afeganistão e a Coreia do Norte foram países que começaram a participar da pesquisa e apareceram no ranking.

4.1.2 Países que apresentaram uma maior frequência no ranking da metodologia antiga: ano 2000 a 2011

É interessante observar que os países que compõem o ranking da pesquisa da equipe da Transparência Internacional possuem diferenças claras. Os países que ocupam os primeiros lugares no ranking, ou seja, que têm um baixo índice de corrupção, têm divergências importantes em relação aos países que ocupam as últimas colocações do ranking. Essas divergências são os pontos que demandam uma atenção especial de análise para buscar resultados e comparações.

Ressalta-se que na metodologia antiga utilizada pela equipe da Transparência Internacional não havia um padrão das fontes de dados. Essas fontes variavam conforme o passar dos anos, de forma que em determinados anos se tinha acesso a uma determinada quantidade de fontes de dados e em outros anos se tinha uma quantidade diferente de fontes.

Primeiramente serão analisados os três países que obtiveram uma maior frequência nas primeiras colocações do ranking. Nesse sentido, serão apresentadas informações de desenvolvimento social e econômico sobre a Finlândia, Dinamarca e a Nova Zelândia, países que se mostraram bastante frequentes no ranking.

A Finlândia está localizada na Europa, no extremo norte, banhada pelo mar Báltico. É uma grande exportadora de madeira e possui muitas indústrias de papel, tem uma grande força na indústria metalúrgica e é uma potência na telecomunicação, tendo como principal vetor para esse segmento a sede da empresa Nokia. O país tem um padrão de vida bem elevado. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o país tem um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ocupando o décimo sexto lugar no ranking mundial no ano de 2015. Tem uma renda per capita alta, desfruta de uma educação de qualidade, tem um baixíssimo índice de mortalidade infantil, na qual morre apenas três crianças a cada mil nascidas, e consegue oferecer saneamento básico a todas as residências do país (ONU, 2015).²

A Dinamarca se encontra no norte do continente europeu. Seu litoral é banhado pelo Oceano Atlântico, situado no hemisfério oriental. Possui cerca de 5,4 milhões de habitantes, e é um país bastante desenvolvido. Sua economia gira em torno das atividades industriais, onde se importa grande parte das matérias-primas, agregando valor e exportando eletroeletrônicos, máquinas e produções navais de alta tecnologia. Sua população usufrui de um alto padrão de

² A Finlândia ficou na 24ª posição no Ranking, com um IDH de 0,883 no ano de 2014, sendo 0,001 mais alto que o ano anterior. A Dinamarca ficou com a 4ª posição no Ranking, com um IDH de 0,923 no ano de 2014, permanecendo com a mesma margem do ano anterior. A Nova Zelândia ficou na 9ª posição no Ranking, com um IDH de 0,913, sendo 0,002 mais alto que o ano anterior. Informações tiradas do quadro “Very High Human Development” do site Human Development Report.

qualidade de vida: segundo dados da ONU, o país ocupa o décimo nono lugar no IDH no ano de 2015, oferecendo um saneamento básico a todas as residências do país, uma educação bem estruturada e de qualidade, além de ter um sistema previdenciário de grande eficiência, atendendo grande parte das demandas sociais existentes (ONU, 2015).

A Nova Zelândia é um país formado por duas grandes ilhas, localizadas no sul da Oceania, sendo considerada parte da Polinésia. A maior parte da população fica na grande ilha do Norte do país, que oferece condições mais propícias para a habitação. O país tem uma grande produção de ovinos, bovinos e suínos, atendendo o mercado interno e exportando grande parte dessa produção. Além disso, a economia nacional conta com grandes reservas de petróleo, gás natural e carvão, gerando grandes receitas para o país. Segundo dados da ONU, o país ocupa a terceira colocação no IDH no ano de 2015, oferecendo uma expectativa de vida muito elevada, uma das maiores do mundo, apresentando baixíssima taxa de analfabetismo e uma pequena taxa de mortalidade infantil, quatro mortes para mil recém-nascidos (ONU, 2015).

Analisando os países que tem o menor índice de corrupção e uma maior frequência no ranking, pode-se notar que existe uma certa relação entre eles nos aspectos sociais e econômicos, como por exemplo altos índices de desenvolvimento social, ou seja, baixa taxa de mortalidade infantil, alto nível de educação, saneamento básico oferecido para a maior parte da população, uma expectativa de vida longa e de qualidade. Na ótica econômica, os países citados acima têm uma economia estável, com uma baixa taxa de desemprego, inflação controlada, e crescimento constante do Produto Interno Bruto (PIB).

Em todas as tabelas, desde 2000 a 2011 do índice da Transparência Internacional, buscou-se apresentar as posições do Brasil. O Brasil é um país com dimensões continentais, é banhado pelo Oceano Atlântico, tem a quinta maior população do mundo, cerca de 200 milhões de pessoas, porém apresenta baixa densidade demográfica por conta de sua extensão territorial. É a maior economia da América Latina, a maior parte de sua exportação é de produtos agropecuários e minerais, e o setor primário e secundário são os maiores vetores para geração das riquezas. Os principais produtos exportados são o minério de ferro, o aço, a soja e seus derivados, cana-de-açúcar e seus derivados, carne bovina e carne de frango. Segundo dados da ONU, o Brasil está na septuagésima quarta colocação do IDH no ano de 2015. Apesar de que, com o passar dos anos, o país vem melhorando seu IDH, os aspectos sociais ainda são relativamente deficientes: não é toda a população que tem acesso à educação básica, o saneamento básico não atinge todas as residências, falta saneamento principalmente

na região nordeste do país, e a taxa de mortalidade infantil estão em vinte e duas crianças mortas para cada mil nascidas (ONU, 2015).³

Por fim, serão apresentados os países que ocupam as últimas colocações no ranking do índice da Transparência Internacional com mais frequência. Os países selecionados são Bangladesh, Somália e Nigéria. Esses países apresentam aspectos sociais e econômicos similares, por exemplo, alta taxa de mortalidade infantil, baixo nível de educação, inflação descontrolada, nível alto de subdesenvolvimento (exportam produtos de baixo valor agregado e importam produtos de alto valor agregado).

Bangladesh está no continente Asiático, próximo aos rios Ganges e Brahmaputra, fazendo fronteira com a Índia. A maior parte de sua população é muçumana; o país apresenta altos níveis de pobreza e desnutrição, além de estar entre os mais populosos do mundo. Sua economia é baseada na produção de arroz e em uma planta chamada juta, a qual é utilizada na produção têxtil. A agricultura é bastante afetada pelas chuvas irregulares, atrapalhando no cultivo de outras commodities. Dados da ONU mostram que o IDH do país no ano de 2015 é baixo: o país ocupa a centésima vigésima quarta colocação no ranking do IDH. Praticamente metade de sua população é analfabeta, o saneamento básico chega para poucas pessoas e grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza. A taxa de mortalidade infantil chega a quarenta e duas crianças mortas para mil nascidas (ONU, 2015).

A Somália fica na parte oriental do continente africano e é banhado pelo Oceano Índico. O país conquistou sua independência no dia 1 de julho de 1960. Até os dias atuais, o país é governado por ditadores ou por grupos rebeldes. A maior parte de sua população segue o Islamismo e vivem abaixo da linha da pobreza. O país é pouco industrializado e tem constantes guerras civis. A economia é praticamente movida pela agricultura, que compõem 40% do PIB e 65% das exportações. A Somália tem o maior rebanho de camelos do mundo. Seu IDH é baixo, está na posição centésima trigésima primeira no ano de 2015. A taxa de mortalidade infantil do país é de 107 mortes de recém-nascidos para cada mil. Apenas um quarto da população tem acesso à água potável e água encanada. Menos de um quarto da população tem acesso à rede sanitária (ONU, 2015).

A Nigéria se localiza no continente africano, e é o país do continente que possui o maior contingente populacional. O país tem muitas riquezas naturais, como petróleo, encontrado em seu subsolo. Sua população está por volta de 155 milhões de pessoas. Sua

³ Nas Estimativas de 2014 (publicadas em 2015) do Ranking, o Brasil ficou na 75ª colocação, uma posição a menos que o ano anterior. Seu IDH foi de 0,775, com aumento de 0,003 em relação ao ano anterior. Informações tiradas do quadro “High Human Development” do site Human Development Report.

economia é baseada na agropecuária, onde se cultiva o cacau, café, amendoim, azeite de dendê e banana. Além da pecuária, um dos maiores vetores econômicos do país é a exportação e extração de petróleo, na qual contabiliza 20% do PIB e 95% das exportações. Seu IDH é um dos menores: no ano de 2015 o país estava na centésima trigésima terceira posição. A taxa de mortalidade infantil é de 69 mortes para cada mil crianças nascidas. Saneamento básico precário, cerca de 60% da população não tem acesso. Educação de baixo nível, atingindo apenas pessoas que tem uma renda média razoável, ou seja, uma pequena parcela da população (ONU, 2015).

4.2 Nova metodologia da Transparência Internacional

Nos anos seguintes a partir de 2012 a equipe da Transparência Internacional conseguiu acesso aos dados de todas as doze fontes mencionadas na seção anterior. Como a base de dados não mais se altera desde então, é possível realizar uma comparação direta entre os índices alcançados pelos países ao longo de 2012 e 2016.

4.2.1 Apresentação dos resultados sob a nova metodologia antiga: ano de 2012 em diante

Pode-se notar que os países que aparecem nos rankings da metodologia antiga também aparecem com uma certa frequência na nova metodologia. A principal mudança é que mais países se determinaram a disponibilizar seus dados e informações para as fontes de dados que a ONG da Transparência Internacional utiliza, portanto, mais países compõem o ranking.

Tabela 5: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2012

RANKING 2012	PAÍS	ÍNDICE
1*	Dinamarca	90
2	Suécia	88
3	Singapura	87
4	Suíça	86
5**	Austrália	85
69	Brasil	43
169	Iraque	18
170***	Turquemenistão	17
171	Myanmar	15
172	Sudão	13
173****	Coreia do Norte	8

*Finlândia e Nova Zelândia também ocupam 1° no ranking

** Noruega também ocupa 5° no ranking

***Uzbequistão também ocupa 170° no ranking

****Afeganistão e Somália também ocupam 173° no ranking

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

No ano de 2012, os países que se destacaram no topo do ranking foram os europeus, dividindo espaço com países da Oceania e Singapura, que se encontra no sudeste asiático. Países que tem características sociais semelhantes, de cunho de desenvolvimento social. O Brasil está localizado da metade para cima do ranking, melhorando sua colocação diante do ano anterior na qual estava na septuagésima terceira colocação.

Os países que compõem as últimas colocações do ranking também têm características em comum, como baixo índice de desenvolvimento humano. Os países são basicamente os mesmos que apareceram na metodologia antiga. As últimas colocações estão compostas por países do continente Asiático, no Oriente Médio e da África.

No ano de 2013, pode-se notar que os países se mantêm quase inalterados no topo do ranking. A Finlândia deixou de ocupar o primeiro lugar e passou a ocupar o segundo, dividindo a colocação com a Suécia, país que já era ocupante da segunda colocação. O Brasil perdeu três colocações no ranking do ano de 2013, onde passou a ter um melhor índice de corrupção na percepção da Transparência Internacional.

Os países que ocupam as últimas colocações do ranking são basicamente os mesmos do ano anterior, passando a ter uma presença mais forte de países da África como Sudão do Sul e a Líbia. Ocupando a última colocação temos a Coreia do Norte, Afeganistão e Somália,

um país de cada continente, porém com semelhanças na questão do desenvolvimento social, com baixos índices de desenvolvimento humano.

Tabela 6: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2013

RANKING 2013	PAÍS	ÍNDICE
1*	Dinamarca	91
2**	Finlândia	89
3***	Noruega	86
4	Suíça	85
5	Países baixos	83
72****	Brasil	42
171	Iraque	16
172	Líbia	15
173	Sudão do Sul	14
174	Sudão	11
175*****	Coreia do Norte	8

*Nova Zelândia também ocupa 1º no ranking

**Suécia também ocupa 2º no ranking

***Singapura também ocupa 3º no ranking

**** Sérvia também ocupa 72º no ranking

*****Afeganistão e Somália também ocupam 175º no ranking

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

No ano de 2014 apenas um país ocupou a colocação de país menos corrupto, esse país foi a Dinamarca, com a pontuação de 92. Logo depois vieram os países que costumam estar no topo do ranking: em segundo lugar veio a Nova Zelândia, em terceiro a Finlândia, que apesar de manter a mesma nota do ano anterior perdeu colocação.

O Brasil no ano de 2014 conseguiu melhorar sua colocação, voltando para a sexagésima nona colocação, melhorando sua nota no índice em um ponto, passou de 42 para 43 pontos.

Os países que ocupam as últimas colocações no ranking, são quase os mesmos dos anos anteriores. O continente que mais apareceu no ano de 2014 foi o Africano, com Sudão do Sul, Sudão e Somália. Também se teve a participação do Afeganistão, que fica no Oriente Médio, e da Coreia do Norte, que se manteve na última colocação desde o ano de 2012.

Tabela 7: Ranking do índice ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2014

RANKING 2014	PAÍS	ÍNDICE
1	Dinamarca	92
2	Nova Zelândia	91
3	Finlândia	89
4	Suíça	87
5	Noruega	86
69*	Brasil	43
170	Iraque	16
171	Sudão do Sul	15
172	Afeganistão	12
173	Sudão	11
174**	Coreia do Norte	8

*Bulgária, Grécia, Itália, Senegal também ocupam 69º no ranking

**Somália também ocupa 174º no ranking

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

No ano de 2015 temos algo peculiar. As cinco primeiras colocações não foram divididas por nenhum outro país, cada país ocupou uma colocação única. Além disso, a diferença entre a pontuação do índice foi de um ponto para cada colocação. Novamente as primeiras colocações foram ocupadas por alguns países nórdicos da Europa e um da Oceania.

O Brasil no ano de 2015 perdeu várias colocações no ranking, passando da sexagésima nona colocação para septuagésimo sexto colocado. Uma possível explicação para esse fato pode ser a proporção que a operação lava-jato tomou no país, causando vários escândalos e especulações no mercado, demonstrando um sistema corrupto que estava instalado e oculto na economia brasileira. Nesse ano, o Brasil dividiu espaço com vários países no ranking, como por exemplo a Índia, Tailândia e a Zâmbia.

As últimas colocações no ranking ficaram com países que vêm sistematicamente aparecendo em anos anteriores. No ano de 2015 houve dois países do Oriente Médio, três países da África e um país da Ásia. A Coreia do Norte ocupa a última colocação do ranking, dividindo espaço com a Somália.

Tabela 8: Ranking do índice da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2015

RANKING 2015	PAÍS	ÍNDICE
1	Dinamarca	91
2	Finlândia	90
3	Suíça	89
4	Nova Zelândia	88
5	Países baixos	87
76*	Brasil	38
163**	Iraque	16
164***	Angola	15
165	Sudão	12
166	Afeganistão	11
167****	Coreia do Norte	8

*Índia, Tailândia, Tunísia, Zâmbia também ocupam 76º no ranking

**Líbia também ocupa 163º no ranking

*** Sudão do Sul também ocupa 164º no ranking

****Somália também ocupa 167º no ranking

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

Em 2016 a melhor colocação foi dividida entre a Dinamarca e a Nova Zelândia, logo depois as colocações foram ocupadas por um país apenas, tendo como predominantes países europeus. O Brasil perdeu mais colocações ainda no ano de 2016, uma possível explicação para isso também é o desdobramento da operação lava-jato que ganhou força no ano de 2015 e impactou o ano de 2016. O país passou da septuagésima sexta colocação para a septuagésima nona, mesmo melhorando sua nota, que passou de 38 para 40, o país ainda perdeu colocações, esse fato pode ser explicado pela diminuição da percepção de corrupção dos outros países que participam da pesquisa, ou seja, o Brasil conseguiu elevar sua nota em relação à corrupção, porém outros países conseguiram melhorar mais do que o Brasil.

Por fim, os países que ocuparam as últimas colocações são basicamente os mesmos dos anos anteriores, apenas com uma mudança, a Coreia do Norte, que saiu da última colocação do ranking, passando a ocupar e antepenúltima colocação, aumentando sua nota de 8 para 12 no ranking.

Tabela 9: Ranking do índice da ONG da Transparência Internacional, metodologia nova, ano de 2015

RANKING 2016	PAÍS	ÍNDICE
1*	Dinamarca	90
2	Finlândia	89
3	Suécia	88
4	Suíça	86
5	Noruega	85
79**	Brasil	40
172***	Líbia	14
173	Síria	13
174	Coreia do Norte	12
175	Sudão do Sul	11
176	Somália	10

*Nova Zelândia também ocupa 1º no ranking

**China e Índia também ocupam 79º no ranking

***Sudão e Iémen também ocupam 172º no ranking

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Transparência Internacional.

4.3 Um retrato da percepção da corrupção nos continentes

A seguir serão apresentadas figuras com as imagens do mapa mundial com a escala de países poucos corruptos (cores voltadas ao amarelo) e países muito corruptos (cores voltadas para o vermelho). As figuras apresentadas serão dos anos de 2010 até o ano de 2016, com o intuito de facilitar a visualização e compreensão dos países que tem um maior ou menor índice de percepção da corrupção.

Analisando as figuras, podemos notar que existe certa predominância das cores amarelas (que representam um baixo índice de corrupção) em alguns continentes e a predominância de cores vermelhas (representam um alto índice de corrupção) em outros continentes. Começando a análise pelas Américas, a América do Norte é basicamente predominada pela cor amarela, a qual representa um baixo índice de corrupção. Logo na América Central tem-se uma predominância da cor vermelha. Na América do Sul, a cor predominante é a vermelha, porém ainda se encontram cores em amarelo. No Brasil, a cor representante é alaranjada, que está entre muito corrupto e pouco corrupto, ou seja, podemos entender que o Brasil é um país mediano diante destas figuras.

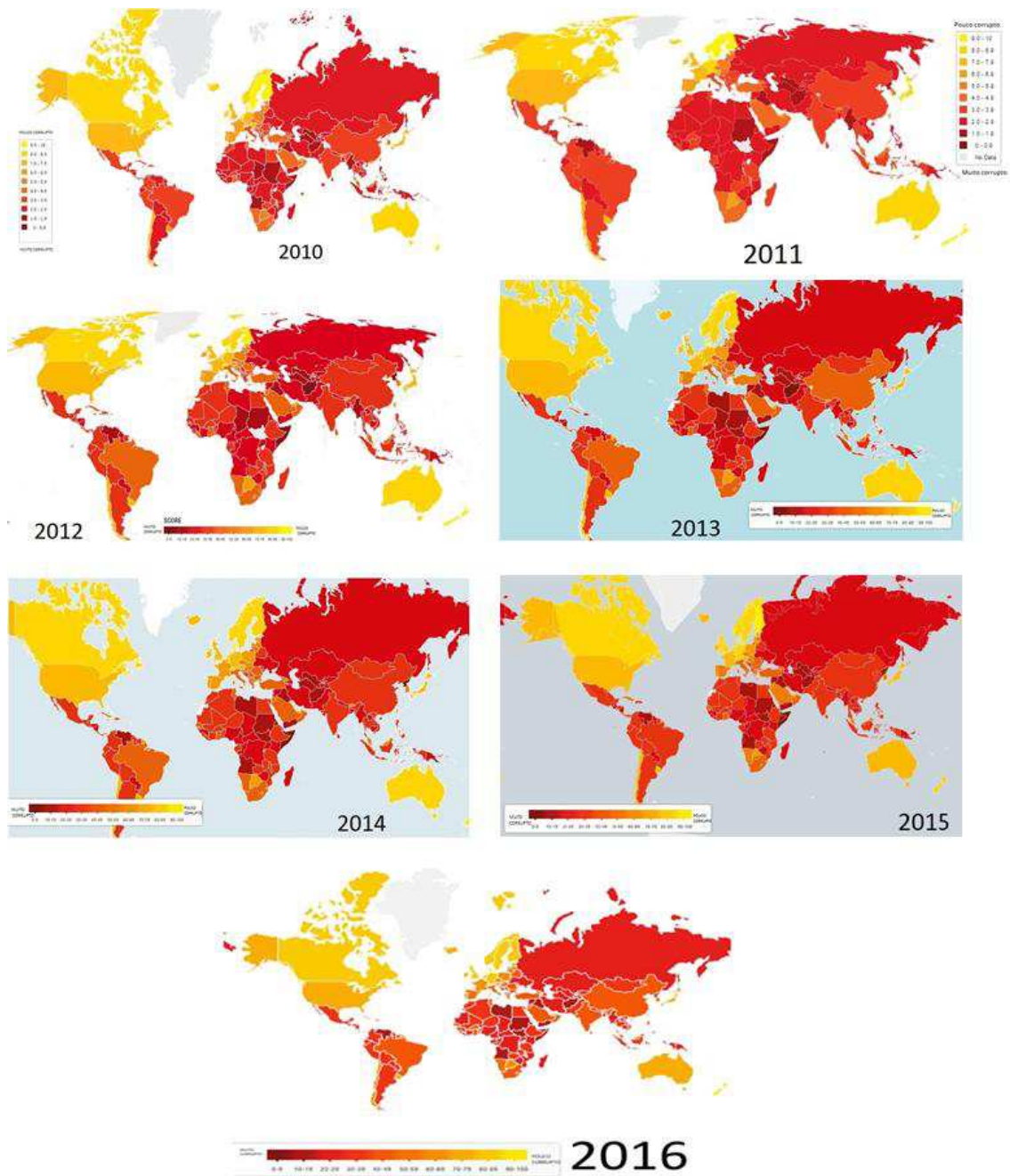


Figura 1: Índice de Percepção da Corrupção, 2010 a 2016
 Fonte: Transparência Internacional.

Olhando para a Europa e para a África, pode-se notar que a Europa é predominada pela cor amarela, porém, existem países com cores laranjadas e vermelhas, o que indica que no continente existem países com um alto e médio nível de corrupção também. Na África a realidade é diferente, a cor predominante nos países são as cores vermelhas e laranjas, em praticamente todo o território africano, porém, no sul do continente pode-se identificar cores mais amareladas, ou seja, países que tem baixos índices de percepção de corrupção.

Na Ásia a cor predominante é o vermelho, o que indica que é um continente com o índice de corrupção alto. Praticamente todo centro-norte do continente é dominado pela cor vermelha. Do centro-sul o tom vermelho vem perdendo força dando espaço para um laranja. O Japão destaca-se demonstrando cor amarela. No continente da Oceania cor predominante é o amarelo, o que indica que existe um baixo índice de corrupção em todo o continente.

4.4 Análise da corrupção no Brasil

Com base em todos os dados apresentados no trabalho, pode-se perceber a evolução da corrupção no Brasil com o passar dos anos. Olhando as tabelas da metodologia antiga e da metodologia nova, chega-se à conclusão que o Brasil se manteve na média entre os países bastante corruptos e os poucos corruptos. Sua nota ficou entre 40 e 60, se mantendo no meio do ranking. Olhando para figuras, o país se manteve com a cor laranja, o que indica que existe um nível mediano de corrupção no Brasil.

Atualmente no país, presencia-se o maior escândalo de corrupção já vista na história nacional, na qual agentes políticos desviaram quantias exorbitantes de recursos públicos para interesses pessoais, diminuindo o bem-estar social e afastando investimentos do país. Porém, fica nítido a relevância que a sociedade brasileira vem dando ao assunto, cobrando justiça e prendendo vários agentes corruptos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo pôde-se verificar a evolução de um grupo de países dentro do principal índice de percepção da corrupção disponível atualmente, o índice da Transparência Internacional. Os trabalhos e dados utilizados são a partir do ano de 2000. Deste ano em diante, os estudos sobre a corrupção ganharam força, é notório a quantidade de ONG`s e países que passaram a participar das pesquisas e a ceder seus dados para análises pelas entidades responsáveis.

Existem muitas definições para a corrupção. De modo geral, a corrupção seria a disposição de um agente em trocar qualquer benefício que não o pertence para obter algum outro benefício em troca, ou seja, utilizar recursos escassos que não o pertencem e trocar em algo de seu interesse.

Quando existe um grande número de agentes corruptos em um sistema político, fica claro o impacto que a corrupção pode causar nos indicadores econômicos e de desenvolvimento social. Nos países em que se encontra um alto índice de corrupção, é normal se ver baixos índices de desenvolvimento humano, como por exemplo, alta taxa de mortalidade infantil, baixo nível de escolaridade da população, saneamento básico precário e que atende somente a uma pequena parcela da população. Também é normal se ver indicadores econômicos baixos, como por exemplo, desemprego elevado, crescimento negativo ou muito pequeno. O que fica evidente é que países com um alto índice de corrupção normalmente são países subdesenvolvidos e com baixos índices de desenvolvimento humano.

Países que detêm um menor índice de corrupção normalmente apresentam o contrário, ou seja, bons índices de desenvolvimento humano, como baixa taxa de mortalidade infantil, nível de educação satisfatório e saneamento básico para a maior parcela da população.

Com isso, pode-se entender que a corrupção tem uma correlação direta com o subdesenvolvimento e é inversamente correlacionada com o desenvolvimento. Não se quer dizer que em países desenvolvidos não existe corrupção, porém o que determina o impacto da corrupção é o seu alcance, ou seja, o nível de corrupção de determinado país, quanto maior o nível de corrupção, menos desenvolvido o país é.

No Brasil a corrupção tem um papel bem participativo. Mesmo com um índice de corrupção mediano, o país vem passando pelo pior escândalo político de corrupção da sua história, onde se desviaram recursos em grande escala para financiamento de interesses pessoais. Porém esse fato vem movimentando a sociedade, e verifica-se que o judiciário está prendendo os responsáveis pelos atos corruptos.

Por fim, podemos notar que as pessoas que mais sofrem com o impacto da corrupção são aquelas mais vulneráveis, e nos estratos mais baixos de renda, pelo fato de dependerem mais do sistema público de serviços básicos. Portanto, deve-se focar em desenvolver melhor as ferramentas anticorrupção que já existem e se necessário criar novas ferramentas, para diminuir o impacto e conseqüentemente sofrimento de toda a sociedade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMEIXIEIRA, Mariana Paiva. **Economia da corrupção e crescimento econômico: uma proposta de sistematização.** Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69715/2/15612.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.
- BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **Corrupção Política: Uma patologia social.** Disponível em: http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/95/disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana%20Cristina%20Melo%20de%20Pontes%20Botelho.pdf?sequence=1. Acesso em 07 nov. 2016.
- CAMARGO, Marianna. **O preço da corrupção no Brasil - valor chega a R\$69 bilhões de reais por ano.** Disponível em: <http://sindjufe-mt.jusbrasil.com.br/noticias/2925465/o-preco-da-corrupcao-no-brasil-valor-chega-a-r-69-bilhoes-de-reais-por-ano>. Acesso em 18 set. 2016.
- CARRAO, André; FOCHEZATTO, Adelar; HILLBRECHT Ronald Otto. **O IMPACTO DA CORRUPÇÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL: APLICAÇÃO DE UM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL PARA O PERÍODO 1994-1998.** Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A057.pdf>. Acesso em 15 nov. 2016
- DECOMTEC. **Corrupção: custos econômicos e propostas de combate.** Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj-c-oSCh7rMAhUMFpAKHVhBCM0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fiesp.com.br%2Farquivo-download%2F%3Fid%3D2021&usq=AFQjCNHk_BhusW0mzLIROtb9Br2UnU_8mA&sig2=rsfE43jSaeCDu7Z00lZLfg&bvm=bv.121070826,d.Y2I&cad=rja. Acesso em 18 set. 2106.
- DELFORGE, Thasia Collet dos Santos. **A governança pública no combate à corrupção.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/6-concurso-monografias-2011.pdf>. Acesso em 18 out. 2016.
- FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf>. Acesso em 17 jan. 2017.
- GRANOVETTER, Mark. **A construção social da corrupção.** Disponível em: <http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/99freelas/portfolios/files/75962/01065fcd-a249-11e4-bd99-0238d6115b3e/granovetter.pdf>. Acesso em 10 fev. 2017.
- HERNANDES, Pedro Petronillio. **Combate à corrupção no Brasil: análise sob a ótica da economia da corrupção.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/6-concurso-monografias-2011.pdf>. Acesso em 18 jan. 2017.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Work for Human Development.** Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf. Acesso em 15 fev. 2017.
- KLEIN, Fabio Alvin. **Corrupção e Economia Subterrânea: Uma Análise Teórica e Empírica.** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B646.pdf>. Acesso em 17 set. 2016.
- LAMBSDORFF, Johann Graf. **The Institutional Economics of Corruption ad Reform.** 1.ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

LOPES, Luckas Sabioni; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Evidências do impacto da corrupção a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/265/313>. Acesso em 18 set. 2016.

MACIEL, Felipe. **O Controle da corrupção no Brasil.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Felipe_Maciel/publication/236848633_O_Controlo_da_Corrupo_no_Brasil/links/0c960519631fbdaa8e000000.pdf. Acesso em 18 out. 2016.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Internacional Handbook on the Economics of Corruption.** 2.ed. Massachusetts: MPG Books Ltd, 2006.

SANTOS, Wildmila Mesquita. **CORRUPÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA.** Disponível em: http://www.econoteen.fea.usp.br/sites/default/files/ensaios/1_widmila_mesquita_santos.pdf. Acesso em 17 set. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Coesão social, Democracia e Corrupção.** Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/corrucao.pdf>. Acesso em 07 nov. 2016.

SIMPLICIO, Gabriela Barbosa. **CORRUPÇÃO: RETROCESSO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.** Disponível em: http://www.econoteen.fea.usp.br/sites/default/files/ensaios/3_gabriela_barbosa_simplicio.pdf. Acesso em 17 ago. 2016.

SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda. **CORRUPÇÃO E OS SEUS EFEITOS SOBRE A DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO.** Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11254/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Eryka%20Fernanda%20Sobral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 dez. 2016.

SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda; BESARRIA, Cássio da Nóbrega; ARAÚJO, Jevuks Matheus de. **INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE CORRUPÇÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO, UMA ANÁLISE PARA OS BRICS.** Disponível em: http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i5-b3c16a101d1e644b76468516f29f88eb.pdf. Acesso em 15 nov. 2016.

SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda; FERREIRA, Monaliza de Oliveira; BESARRIA, Cássio da Nóbrega. **CORRUPÇÃO E OS SEUS EFEITOS SOBRE A DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO.** Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss1_mesa2_artigos2014_corrupcao_efeito_s_dinamica_crescimento_economico_regional.pdf/1cf7b5f0-43d1-4f53-b9e8-4272450c9b22. Acesso em 20 ago. 2016.

SOUZA, Adriana Ireno de.; ARAÚJO, Maria da Piedade. **A relação entre corrupção e o desempenho econômico: uma revisão de literatura para o caso do Brasil.** Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/eventos/cingen/artigos_site/convertido/9_Areas_Afins_das_Ciencias_Sociais_Aplicadas/A_relacao_entre_corrupcao_e_o_desempenho_economico_uma_revisao_de.pdf. Acesso em 14 out. 2016.

TRANSPARENCY INTERNACIONAL. **CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX.** Disponível em: https://www.transparency.org/research/cpi/cpi_2007/0/. Acesso em 14 out. 2016.

UNITED NATIONS. **Economic Growth ad Sustainable Development.** Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/priorities/economic-growth-and-sustainable-development/index.html>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. **Geospatial Information Section.** Disponível em: <http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm>. Acesso em 17 out. 2016.